Procura-se uma casa

ADEMIR FIGUEIREDO

Lícia Valladares é uma cientista social que vem se dedicando ao "tema da favela" desde o final dos anos sessenta, tratando-o dentro da temática mais ampla denominada "a questão urbana". Já nesta época, deu-se sua filiação à observação participante", fato que lhe permite ser uma grande conhecedora de "situações concretas" das condições de miséria em que vive o proletariado brasileiro. Sua história acadêmica é marcada pela vinculação a um grupo de estudiosos que muito contribuiu [1] para a demistificação das teorias da marginalidade e do conceito de cultura da pobreza.

PASSA-SE UMA CASA [2] é um estudo cujo subtítulo (PROGRAMA DE REMOÇÃO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO) é esclarecedor do seu objeto de análise. Entretanto, a autora não se limita a ele, mas sim, a partir dele, levanta questões cruciais das ciências sociais — especialmente para estas no caso brasileiro — qual sejam: O Estado como agente político, o papel do planejamento urbano, os interesses sobre o urbano, relações informais no contexto urbano, a "consciência e comportamento de classe", entre outros.

A qualidade etnográfica parece-me ser, principalmente, o ponto alto deste estudo. Para tanto, a autora utilizou-se de um exaustivo trabalho de campo que merece ser mencionado: (1967-1968) nove meses na favela da Rocinha, dentre os quais, seis meses como residente; (1970-1971) visita sistemática durante oito meses ao con-

---

1 Especialmente entre eles, L.A. Machado da Silva e Carlos Nelson F. dos Santos.

2 Valladares, L.P., Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1978. Versão adaptada do texto apresentado originalmente em francês, sob o título Opération de Relogement et Réponse Sociale: Le cas des Résident des Favelas à Rio de Janeiro, tese de Doutoramento defendida na Universidade Toulouse-Lé-Mirail, em 1974.

junto habitacional da Cidade de Deus; dois meses de levantamentos junto a administração da COHAB-RJ; entre (1968-1973) acompanhou o noticiário da imprensa e revisitou a Cidade de Deus em (1976-1977). Assim, é de se salientar também o esforço realizado na combinação de técnicas de pesquisas — "dados de observação", "dados qualitativos" e "dados secundários" (pág. 134-135) — resultando em uma minuciosa descrição do programa de remoção. Por outro lado, também merece destaque o recorte — em alguns casos pelo caráter polêmico — e a revisão bibliográfica, por serem textos fundamentais para os interessados no tema.

Centrando a análise "... no desenrolar do programa de remoção e transferência de populações para os conjuntos habitacionais, no como a operação se desenvolveu do ângulo que normalmente não se via: da própria favela e de seus moradores, e dos conjuntos habitacionais e seus residentes" (pág. 14). Lícia demonstra que a política habitacional do governo resultou em um "... círculo vicioso: da favela ao conjunto habitacional, e de volta à favela. Neste trajeto, o conjunto habitacional representava uma área de passagem ... Aqueles que não voltavam à favela ... passavam a aumentar o cinturão periférico da metrópole ... Se na periferia podiam possuir um lote de terreno que antes não tinham — o que neles construíram era novamente um barraco. Paralelamente, nos conjuntos habitacionais, assistia-se à substituição progressiva das populações originais por ... pessoas com melhor situação financeira ..." (pág. 17). Esta extensa citação pareceu-me necessária por ser expressiva de duas coisas. A primeira é a preocupação com uma linguagem clara — que percorre todo o livro — sem as vicissitudes do jargão acadêmico. A segunda, por ser imbuída de uma saudável posição de denúncia que a autora coloca frente a seu objeto. Ambas, virtudes que tornam-se cada vez mais escassas em boa parte da literatura.

Na análise da "política de favela" (pág. 22-35) tem-se um momento vibrante. A autora consegue desenvolver uma argumentação capaz de dar conta da "conjuntura política" — que tem como marco inicial e específico para seu estudo a intervenção do Estado no problema da "habitação popular", e final, uma ação voltada para a eliminação das favelas — calcada sobre as transformações operadas na base econômica da sociedade brasileira. Nesta perspectiva, se vê como a "política de favela" caracterizou-se por uma "política de conveniência tolerante" (entre 1945 e 1965), representada por uma ambigüidade que gerava duas tendências "contraditórias" que ora propunha a remoção (extinção), e ora propunha a urbanização (melhoramentos), permitidas pelo jogo político que regula os acor-

dos entre moradores e políticos "defensores da favela". Por outro lado, os interesses sobre as áreas ocupadas pela favelas — que tem como uma das características comuns a ocupação "ilegal do solo" — ligados ao processo de especulação imobiliária que acompanha o crescimento da cidade, às transformações na legislação relativa ao uso do solo, aos "interesses da cidade", à indústria da construção civil e outros, levaram a cabo toda a ambüidade da "política de favela" que agora (a partir de 1964) deveria atender as necessidades da acumulação de capital, seja sob a sua forma diretamente produtiva, seja sob sua forma simbólica através da hierarquização do espaço, ainda que revestida de uma roupagem de obras de "alto conteúdo social".

O papel do planejamento urbano é outro ponto abordado com muita propriedade. Inicialmente através das ações desconexas dos órgãos federais e estaduais, revelando as "... desarticulações e desentendimentos entre as partes, uma culpando a outra pelo insucesso de determinadas operações..." (pág. 37), fatos que colocam em dúvida a "eficiência técnica" de todo o aparato institucional envolvido no Programa. Posteriormente, de modo mais relevante, no questionamento da concepção do planejamento enquanto "eficiência técnica", visão que é quase sempre acompanhada de um racionalismo cartesiano, na qual as "soluções técnicas" são sempre acionadas para legitimar determinadas tomadas de posições, mascarando o verdadeiro conteúdo político das decisões. Desse modo, compreende-se que o "... efeito produzido pelo programa de remoção ... foi diametralmente oposto ao esperado: em vez de regressivo foi propulsor. Se não logrou acabar com as favelas, logrou-se menos ainda contê-las. As favelas continuam marcando a paisagem numa prova de que medidas paliativas não resolvem" (pág. 45-46).

A execução do programa de remoção mostrou-se problemática em todas suas etapas, dando margem a um conjunto de "práticas formais e informais" denominadas pela autora como "Práticas de Distorção do Sistema" (pág. 105) que comprometeram todo o modelo previsto pelos órgãos responsáveis. Estas práticas são concebidas pela autora como uma "resposta à ação governamental" (pág. 108) em dois níveis. No primeiro, como uma "resposta adaptativa" (pág. 108) a um programa inadequado à população a que se dirigia, por apoiar-se em premissas não apropriadas. No segundo, como uma "resposta social" (pág. 112) a uma operação política de natureza compulsória. Estas "práticas de distorção do sistema" são inseridas em um quadro teórico generalizante, cujo enfoque central é entendê-las como demonstrativas da ausência de uma "consciência ... e

comportamento de classe" por parte do proletariado brasileiro, premido a solucionar os problemas da "... sobrevivência no sentido mais geral de subsistência das massas populares, nas condições do Brasil de hoje..." (pág. 125).

É na análise da "ideologia das práticas de distorção do sistema" que o trabalho sugere-me uma série de questões. A iniciar pelo significado das "práticas de distorção do sistema" concebidas como revelando uma ideologia de caráter estritamente "individualista e oportunista" que são características próprias da "ideologia burguesa". Esta argumentação desenvolve-se no suposto de que é "... prática corrente no Brasil fazer uso das instituições governamentais ..." (pág. 118), emprestando a esta prática um significado generalizante de ser feita "... em benefício próprio, a partir dos mais altos escalões..." (pág. 118). A base desta argumentação não incorpora uma das principais contribuições da antropologia nos estudos da ideologia, qual seja, a de mostrar que a ideologia dominada encontra sempre alguma forma de se afirmar com relação à ideologia dominante, através da reinterpretação dos significados das práticas sociais — ação e discurso sobre elas — pelos atores situados em uma posição diferencial na estrutura de classe. Por outro lado, o argumento da autora estende-se a que "... Este tipo de comportamento encontra respaldo na própria estrutura de um Estado paternalista, onde por esta razão, todas as práticas do famoso "jeitinho brasileiro" encontram campo fértil, contando mesmo com canais formais e oficiais de proteção e estímulo..." (pág. 119). É de se observar que esta formulação surge como corolário da anterior e conseqüentemente todas as conquistas da "classe trabalhadora" decorrem de uma outorga do Estado que é "partenalista". Este tipo de crítica dirigida ao Estado é a sua própria reificação, pois de seu papel contraditório que o divide enquanto "agente propulsor e normalizador" das "lutas de classe", ele aparece como uma entidade que se superpõe ao embate das forças sociais.

O equívoco deste tipo de interpretação parece-me residir no que é considerado como "práticas de distorção do sistema", e nas evidências que são apontadas como tal. Baseando-se nos estudos de Lopes [3] sobre o comportamento de "operários de um setor industrial de São Paulo" (pág. 110-123), a autora endossa uma visão que por estar preocupada com a questão da integração social e os papéis e status dos indivíduos, não se constitui em um foco privilegiado para a análise da relação entre classes sociais. Basta para isso citar que

---

[3] Lopes, J.R.B., Sociedade Industrial no Brasil. SP. Difusão Européia do Livro, 1971 (2.ª Ed.).

este autor considera uma prática conhecida nos meios sindicais como "operação tartaruga", consistindo em que os operários "... diminuem a cadência de trabalho para fazer horas extras..." [4] (pág. 119) como um comportamento individualista e voltado para ascensão social, deixando de lado o seu verdadeiro caráter de conscientizar os operários de sua importância no processo de produção e de quase sempre ser um preparativo que antecede a uma greve. Por outro lado, Lícia evidencia algumas práticas relativas à legislação trabalhista e outras que têm como cenário a favela como sendo "... circuitos se desenvolvem teoricamente na ilegalidade, ignorando-se deliberadamente as leis em vigor..." (pág. 119). Embora considere que estas práticas não devem ser confundidas com uma "simples forma de corrupção, exatamente na medida em que são socialmente reconhecidas" (pág. 119). A análise prescinde de uma crítica às "leis em vigor" como mecanismo de dominação, na medida em que as "práticas de distorção do sistema" colocam em cheque esta expressão da "ordem burguesa". Esta lacuna parece-me poderia ter sido preenchida caso se privilegiasse o discurso dos entrevistados: "... Isto aqui é um conto do vigário que a gente entra, na favela, sem saber. Aqui a gente morre e tá ainda pagando a casa, a correção monetária, e a dívida está sempre alta. Eu prá pagar esta casa todo mês é muito difícil. Também a escritura diz uma coisa que não corresponde. A minha diz que a primeira prestação era de Cr$ 47,00, e nós começamos pagando Cr$ 59,00. Agora vai ter novo aumento, porque aumentou o salário. Mas meu salário não vai aumentar (...)" (Preços de 1971) (pág. 74).

Outro ponto a ser observado é a argumentação de que é na "heterogeneidade" da formação do proletariado brasileiro que se deve buscar a essência da ausência de uma "consciência e ... comportamento de classe". Se bem que esta seja uma colocação pertinente para se compreender as diferenças internas no proletariado, ela não se justifica enquanto elementos sobre o qual se possa proceder uma generalização, como a efetuada. Principalmente se considerarmos as experiências de "outros povos" que também se formaram sob uma "heterogeneidade", contudo não sendo um impecilho ao afloramento da "consciência de classe". Assim, ressente-se também a falta de um enfoque comparativo,[5] que muito poderia

---

[4] E se fosse o inverso: os operários trabalhassem mais para agradar ao patrão? Como analisar o conteúdo ideológico desta prática?

[5] Já que a autora leu uma série de outros autores, que realizaram trabalhos sobre programas habitacionais em diferentes contextos sócio-culturais, e cujos resultados como solução habitacional foram os mesmos que no caso por ela apresentado (pág. 133).

contribuir para precisar o próprio conceito do que é "consciência de classe" através de sua manifestação em "formações sociais" específicas. Em outro artigo publicado,[6] a autora irá questionar-se quanto ao próprio significado destas práticas pois "... se não passa de uma manifestação do comportamento e da ideologia do tipo individualista que predomina em nossa sociedade, expressa alguma outra coisa que se torna um ponto válido de análise..." (pág. 84). E foi pensando nesta colocação e em outra da Conclusão de PASSA-SE UMA CASA: "... Os resultados paradoxais do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro, analisados neste texto, demonstram mais uma vez o caráter falacioso destes subsídios, que sempre acabam por beneficiar aos menos necessitados..." (pág. 129), que me ocorreu o título para esta resenha. Procurar uma casa é situação a qual sempre se defrontam os mais necessitados, e que consiste em um dos campos férteis para a análise da relação entre as "classe sociais" no Brasil, tarefa que desafia a todos os cientistas sociais, que não devem desconhecer o trabalho de Lícia.

---

6 Valladares, L.P. — Favela, Política e Conjunto Residencial. RJ, Revista Dados (IUPERJ), 1976.